



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RCD nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1761880 - SP
(2020/0242903-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : FRANCISCO ROBERTO GOOD LIMA MENDES
ADVOGADO : AMAURI CALLILI - SP075478
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BENEDITO WANDERLEY
ADVOGADO : RODRIGO DA CRUZ WANDERLEY - SP181230
INTERES. : FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA
ADVOGADO : DARIO SIMÕES LÁZARO - SP022339

DECISÃO

Cuida-se de novos embargos de declaração opostos por FRANCISCO ROBERTO GOOD LIMA MENDES à decisão de fl. 427/429, que rejeitou os embargos de declaração.

Sustenta a parte embargante “oportuno postular a reconsideração da r. decisão monocrática que desconheceu o presente recurso especial, mantida inclusive em sede de embargos infringentes, ao fundamento de que a insurgência foi protocolada fora do prazo legal, não tendo a parte comprovado eventual suspensão no âmbito do tribunal de origem”.

Defende, uma vez mais, que a suspensão dos prazos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aplicável ao caso deve ser considerada fato notório, que isenta o peticionante de sua devida comprovação.

Requer “o conhecimento e o acolhimento dos embargos declaratórios para que seja conhecida e acolhida a matéria de ordem pública postulada, para reputar como prescrito o título judicial desfechado contra o recorrente com espeque no TEMA 897 do c. STF, comunicando-se o Tribunal ad quem, para as providências de extinção e arquivamento do cumprimento de sentença que corre pelo juízo da Comarca de Promissão-SP.”

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

O ora embargante, mais uma vez, repisa todos os argumentos antes utilizados, insistindo na mesma tese e se utilizando, basicamente, das mesmas conclusões apresentadas nos aclaratórios anteriores.

Importante se faz reiterar o entendimento já exposto no presente caso segundo o qual:

Veja-se que houve a disponibilização da decisão do acórdão recorrido em 2/3/2020, considerando-se publicada em 3/3/2020 (fl. 153). Excluindo-se o dia 3/3/2020 (primeiro dia), inicia-se a contagem no dia 4/3/2020, até o dia 18/3/2020. Exclui-se o período de 19/3/2020 a 30/4/2020 (Resolução n. 313/CNJ, pandemia coronavírus), bem como o dia 1º/5/2020, feriado nacional que não necessita ser comprovado. Após, a contagem é reiniciada no dia 4/5/2020, finalizando o prazo no dia 7/5/2020, devendo ser comprovada a suspensão do expediente forense, acaso existente. Dessa forma, o prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, nos termos art. 994, VI, c/c os arts. 1.003, § 5º, 1.029, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil, terminou no dia 7/5/2020, sendo que o recurso especial foi interposto somente em 11/5/2020, fora do prazo.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração e, outra conclusão não se faz possível, senão a de que a reiteração de embargos de declaração opostos com o intuito de modificar o julgado revela caráter manifestamente protelatório, razão pela qual aplico a multa de 2% sobre o valor da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente